INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 23/08 A 27/08



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana passada encerrou com o Pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes protocolado pelo presidente Jair Bolsonaro repercute politicamente. Dez partidos divididos em duas notas distintas - PDT, PSB, Cidadania, PCdoB, PV, Rede e PT em uma e MDB, DEM e PSDB em outra - prestaram solidariedade ao ministro. Os partidos do Centrão permaneceram em silêncio, mas isso não significa que o pedido deve ser acolhido. Ainda na semana passada, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) disse em entrevista que não vê razões nem para o impedimento do ministro, nem do presidente.

A movimentação também pode levar o Senado Federal a não apreciar a indicação de André Mendonça (ex-AGU e ex-Ministro da Justiça) para ocupar a vaga aberta no STF com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, como retaliação do Senado a Bolsonaro. Nesta semana a casa realizará a sabatina para a recondução de Augusto Aras à PGR, mas não há ainda nenhum sinal de que darão andamento à indicação de Mendonça, recebida antes da de Aras, e que também precisa ter sabatina agendada por Davi Alcolumbre (DEM/AP), presidente da CCJ.

Veto de Bolsonaro ao aumento do valor do Fundo Eleitoral. O Congresso deverá analisar a manutenção ou derrubada do veto. O recurso deve sair do orçamento da Justiça Eleitoral (essa foi uma das razões da oposição ao voto impresso, pois sua adoção reduziria o valor direcionado aos partidos). Mesmo que parlamentares aumentem o valor, ele deve ficar menor que o previsto originalmente.

Na Câmara consta a reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021), mas após demonstrações de hesitação do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), busca um maior consenso. A grande maioria das entidades empresariais têm se posicionado contra esta reforma.



No tema tributário, o Senado realiza as duas últimas sessões de debates sobre a PEC 110/2019 (Reforma Tributária constitucional) nesta segunda e sexta-feira, e o relator, sen. Roberto Rocha (PSDB/MA), disse que apresentará seu parecer ainda nesta semana, impreterivelmente.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (23)

SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA

9h - Tema: SEMINÁRIO ESTADUAL – SERGIPE

14h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP) | Audiência Pública

Tema: Empréstimos Consignados a Aposentados, para debater os empréstimos consignados contratados sem autorização em nome de aposentados e pensionistas assim como vazamento de dados de aposentados do INSS. A reunião foi convocada em virtude do REQ 69/2021 CTASP, de autoria do dep. Heitor Schuch (PSB/RS).

TERÇA- FEIRA (24)

PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Destaques para pautas de interesse:

Projeto de Lei n° 2.337, de 2021, do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Relator: Deputado Celso Sabino (PSDB/PA)
Posicionamento: Contrário ao aumento de carga tributária.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1.026/2021 do dep. Vinicius carvalho (Republicanos/SP), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA.
Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado Requerimento de Urgência Nº 571/21, em 07/04/21.
Relator: Dep. Luizão Goulart (REPUBLIC/PR).
Posicionamento: Favorável.

PL 2.058/2021, do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.
Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado o RQU Nº 1.479/21, em 15/07/21.
Posicionamento: Favorável.

PEC 17/2019 – de autoria do Senado Federal, altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
Posicionamento: favorável.

PLP 11/2020 - Prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual.
Autor: Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT)
Relator: Dr. Jaziel (PL/CE)
Posicionamento: Favorável

MPV 1046/2021 – De autoria do Executivo. Medidas trabalhistas para o enfrentamento da pandemia.
Relator: aguardando designação.
Posicionamento: aguardando relatório.

MPV 1047/2021 - Licitações na pandemia COVID-19. De autoria do Executivo.
Relator: aguardando designação.
Posicionamento: aguardando relatório.

9h - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO (CTASP)

PL 2863/2020 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar, dentre outros, o parcelamento de débitos em execuções trabalhistas durante o período de estado de calamidade e enfrentamento de emergência de saúde pública decretado em razão do Covid-19, bem como nos dezoito meses subsequentes à data do término do referido período.
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação deste e das Emendas oferecidas Substitutivo, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 10309/2018 - do Sr. Arlindo Chinaglia - que "acrescenta novo art. 6º-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que "Dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)", para fins de disciplinar o contrato de prestação de serviço firmado entre a instituição de pagamento, que seja emissora de moeda eletrônica, e os estabelecimentos comerciais pertencentes à sua rede credenciada, para aceitação de benefícios inseridos no âmbito do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321,

de 14 de abril de 1976".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação deste com substitutivo,
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (25)

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 238/2020 - do Sr. Reginaldo Lopes - que "autoriza o governo Federal a anistiar temporariamente dividas tributárias federais de Micro e Pequenas Empresas e MEI no montante máximo de R$5.000,00 acumuladas até 31/12/2020".
RELATOR: Deputado HELDER SALOMÃO.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 9362/2017 - do Sr. Áureo - que "dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups)"
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição deste, do PL 10928/2018, do PL 477/2019, do PL 2055/2019, do PL 2670/2019, do PL 3432/2019, do PL 5162/2020, e do PL 140/2021, apensados.
Posicionamento: Favorável ao projeto e contrário ao parecer.

PL 1118/2019 - do Sr. Marreca Filho - que "obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar". (Apensado: PL 4920/2019)
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste e do apensado PL 4920/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão

de Defesa do Consumidor.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 645/2019 - do Sr. Vander Loubet - que "concede benefícios tributários a empresas que contratem
trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade".
RELATOR: Deputado CAPITÃO FÁBIO ABREU.
PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 5338/2020 - da Sra. Edna Henrique - que "estabelece requisitos mínimos de segurança em áreas de lazer oferecidas ao público infantil por estabelecimentos comerciais".
Relator: Deputado JESUS SÉRGIO.
Parecer: pela rejeição
Posicionamento: Contra o projeto, Favorável ao Parecer

PL 695/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para efeitos da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com brindes".
Relator: Deputado HERCÍLIO COELHO DINIZ.
Parecer: pela aprovação
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 1244/2020 - do Sr. Pedro Lucas Fernandes e outros - que "institui o Programa de Seguro Emprego- PSE".
RELATOR: Deputado AMARO NETO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto e contrário ao parecer



QUINTA-FEIRA (26)

09h – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 9255/2017 - Acrescenta novo § 4º ao art. 52 do CDC e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado.
Autora: Erika Kokay (PT-DF)
Relator: Júlio Delgado (PSB-MG)
PARECER: pela aprovação, com emendas.
Posicionamento**:** Contrário ao projeto e ao Parecer

PL 3500/2019 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Autor: Altineu Côrtes (PL-RJ)
Relatora: Celina Leão (PP-DF)
Posicionamento: contrário

PL 2524/2019 - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.
Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)
Posicionamento: acompanhamento.

PL 2710/2020 - do Sr. Domingos Sávio - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades".
Explicação: Altera a Lei nº 9.069, de 1995.
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer



PAUTA DO SENADO FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA (23)

15h - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

O Senado debate a PEC 110/2019 **(Reforma Tributária)**
Tema: A Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos Setores Econômicos.

14h - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

REQ 11/2021 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.
Posicionamento: Favorável (FCS)

TERÇA-FEIRA (24)

10h - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

PL 3384/2019 - Altera a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do SPB, para alterar o nome do SPB para Sistema Brasileiro de Movimentações Financeiras.
Relator: Senador Mecias de Jesus
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer



PL 3953/2019 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.
Relator: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Posicionamento: Favorável ao substitutivo

PL 3951/2019 - Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.
Relator: Senador Alessandro Vieira
Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

QUINTA-FEIRA (26)

16h – PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PL 1585/2021 – "Suspende as inscrições de débitos das microempresas e empresas de pequeno porte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarado em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2).."
Relator: Senadora Daniella Ribeiro
Posicionamento: Favorável (FCS)

SEXTA-FEIRA (27)

11H - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Sessão de debates sobre a PEC 110/2019 (Reforma Tributária).
TEMA: A reforma do imposto de renda no contexto da reforma tributária ampla.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 23/08 A 27/08





AGENDA LEGISLATIVA

AMAPÁ

Veto Total ao PL 64/2020 (Suspensão da negativação / covid-19) – *Dispõe sobre a proibição da inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, no período de calamidade pública.*

Situação: Protocolado voto na CCJ, pela manutenção do Veto Total. Pronto para inclusão pauta da Ordem do Dia, em discussão única.

AMAZONAS

PL 166/2020 (Suspensão da cobrança - Covid19) - *Dispõe sobre a suspensão da cobrança de mensalidade e de planos adquiridos em academias de ginásticas ou para prática de esportes durante o isolamento social na forma que menciona e dá outras providências.*

Situação: Aprovado parecer contrário do relator Wilker Barreto (PHS), na Comissão de Constituição e Justiça. Arquivado nos termos do Art. 45 do Regimento Interno da Casa.

DISTRITO FEDERAL

PLC 53/2020 (Tributos) - *Altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aplicando a alíquota de 5% sobre todos os serviços relacionados ao setores de cartório, bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.*

Situação: Vetado integralmente pelo executivo. Encaminhado à CCJ para elaboração do relatório do veto.

PL 2068/2021 (Inteligência artificial) - *Estabelece princípios para o uso da Inteligência Artificial no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Situação: Encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Designado Relator Robério Negreiros (PSD).

MATO GROSSO

PL 152/2020 (Sac - Chamada de vídeo para surdos) - *Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico call centers, serviço de atendimento ao cliente SAC e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do Estado de Mato Grosso.*

Situação: Aprovado parecer favorável do relator Dr. Eugênio (PSB) na Comissão de Constituição e Justiça. Pronto para Ordem do Dia, em segunda discussão.

PL 693/2020 (Contratos) - Proíbe a prática da fidelização nos contratos de consumo.

Situação: Apensado. A matéria principal encontra-se na consultoria legislativa aguardando despacho.

PERNAMBUCO

PL 1891/2021 (Banco de dados) - *Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar o direito ao sigilo de informações constantes nos cadastros e bancos de dados de consumidores e de serviços de proteção ao crédito ou outros congêneres, para as vítimas de violência doméstica e familiar sob medida protetiva de urgência, e pessoas ameaçadas inseridas em programas de proteção do Governo do Estado de Pernambuco*

Situação: Aprovado parecer favorável do relator Dr. Eugênio (PSB), na Comissão de Constituição e Justiça. Pronto para Ordem do Dia, em segunda discussão.

SANTA CATARINA



PL 222.2/2019 (Certificado digital) - *Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e adota outras providências.*
Situação: Aprovado parecer favorável do relator Jair Miotto (PSC) na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Encaminhado à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia para designação de relatoria.

SÃO PAULO
PL 752/2017 (Utilities) - *Dispõe sobre a política consumerista de prestação de serviço de energia elétrica no Estado de São Paulo.*
Situação: Protocolado voto favorável do relator Estevam Galvão (DEM). Aguarda deliberação do voto na comissão.

NOVAS PROPOSIÇÕES

ESPÍRITO SANTO
PL 437/2021 (Cadastro positivo / banco de dados) - *Fica vedada a utilização de dívidas prescritas ou com mais de 05 (cinco) anos da data de seu vencimento como parâmetro para fins de pontuação em "Scores do Consumidor", na forma que menciona.*
Autor: Carlos Von (AVANTE)
Situação: Protocolado.

PARAÍBA
PL 3085/2021 (Cadastro positivo / banco de dados) - *Dispõe sobre a vedação da inclusão de dados de cidadãos por instituições de proteção ao crédito nos cadastros positivos" e "score dos consumidores" referentes a acordos e dívidas prescritas, na forma que menciona, e determina outras providências.*
Autor: Jutay Meneses Gomes (Republicanos)
Situação: Protocolado. https://bit.ly/3z4YsKB

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

